



#Alternativas

Estratégias de enfrentamento ao atual modelo de desenvolvimento: reflexões a partir do contexto urbano

Originalmente publicado no [Medium](#), em 27 de junho de 2019

Autoria de Silvia Baptista

**Silvia Baptista, quilombola, da Rede Carioca de Agricultura Urbana (CAU)*

A Zona Oeste (ZO) da cidade do Rio de Janeiro expressa bem essa contradição entre rural e urbano de que estamos falando. Pela definição que nos foi proposta do rural, podemos considerar a ZO uma região rural. Algumas localidades não têm meio fio, não têm nem energia. É uma parte da “cidade maravilhosa” que não aparece na mídia.

A cidade do Rio de Janeiro está reinstalando o seu Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR). São Paulo também já havia construído o PMDR em parte do seu município. Aqui a definição também é importante, pois não podemos confundir município com cidade. Nas metrópoles, essas palavras acabam virando sinônimos. Mas o município não compreende só a cidade; ele compreende também o território rural.

A partir das reflexões que fizemos neste seminário sobre os sentidos do rural, o processo histórico da relação homem-natureza, as novas ruralidades etc., faz-se necessário agora pensar quais são as nossas práticas cotidianas que

possibilitam outras economias e a aproximação/integração entre campo e cidade.

A princípio, é importante compreender a dimensão da comida no nosso dia a dia. Em que medida nossa comida tem a ver com as questões políticas, econômicas e culturais que envolvem a relação campo-cidade? Outra dimensão importante para a reflexão, como já foi dito, é pensar terra de forma mais totalizante — terra, água, ecossistema etc. — e não somente em seu aspecto fundiário. Essas reflexões são importantes porque nos permitem, para além da relação campo-cidade, compreender a dinâmica de ação dos movimentos sociais urbanos.

O modelo de desenvolvimento das cidades, e mais especificamente da cidade do Rio de Janeiro, é gentrificador. Tal processo é baseado nas remoções, na estrangeirização da terra, na internacionalização do território urbano etc. Então, quando falamos de agricultura urbana, não estamos falando de um pomar lindo. Estamos falando de uma luta pelo direito à cidade — a uma cidade que não seja pasteurizada, simplificada a prédios e outras edificações. Defender a agricultura urbana é defender uma cidade que tenha direito à sua complexidade, direito a que parte desse município seja considerada área rural, por exemplo.

Ao longo das últimas décadas, a nossa luta foi contra a legislação, porque a lei urbana — que na década de 1960 declarava todo o perímetro do município do Rio de Janeiro como urbano — foi definida por uma cartografia que não representava a realidade do território. Em 1974, durante a ditadura militar, o Estado define grande parte das terras da Zona Oeste como uma unidade de conservação de proteção integral, que impossibilitava a moradia e o uso da

terra por parte da população. Mais uma manifestação do mito da “natureza intocada”, já discutido.

Ainda nesse período, prevaleceu a teoria de que o Brasil tinha um vazio demográfico, como se o país não fosse habitado, causando a invisibilidade dos povos e comunidades tradicionais. Na Zona Oeste do Rio, no maciço da Pedra Branca, é como se não morasse ninguém: um território sem gente. Mas tinha! Meus bisavôs, meus avós, meus tios, primos — minha família toda sempre morou lá –, mas foram invisibilizados nessa cartografia.

Com essa invisibilidade na legislação, também se invisibiliza toda a agricultura nessa parte da cidade. Esse processo gerou muita mobilização. Na Zona Oeste, a luta pela agricultura urbana, pautada na agroecologia, completou agora dez anos. E essa luta vem dando novos significados à concepção de cidade na região. Contudo, a lei ainda não reconhece o território rural, embora o diálogo com a rede que se formou também envolva o Estado — o que tem ajudado nas negociações.

Além disso, a agricultura na cidade alcançou um status de moda, a tal ponto que já vemos alguns setores da classe média praticando agricultura. Isso nos parece bastante interessante, apesar das contradições, pois estamos em um território em que não somente a questão da urbanização nos ameaça. A especulação imobiliária, por exemplo, está muito ligada à cultura política da violência. Ou seja, o que ratifica a expansão da terra sobre a vida das pessoas é o uso da violência cometida pelo próprio Estado.

Nesse sentido, a luta pela agricultura urbana está permeada de conflitos — postos por forças militares e suas redes comunitárias. Essa é a luta que se passa hoje na Zona Oeste do Rio. Dessa realidade nos fica uma provocação:

qual seria a possibilidade de nós, que já vivemos em um centro completamente urbanizado, fazer a agroecologia, considerando sua multidimensionalidade como ciência, movimento e prática? Parece-me que isto só é possível na relação campo-cidade. É como diz a palavra de ordem “se o campo não planta, a cidade não janta”. Isso significa que a nossa mesa, que a comida que comemos, tem a ver com a luta pela reforma agrária.

Como vimos, temos uma diminuição de área plantada de arroz, feijão e mandioca — itens da cesta básica —, e grande parte desse pouco que se planta contém agrotóxicos. Não por acaso, as mesmas corporações que vendem os agrotóxicos vendem os remédios, dando-nos uma condição de sobrevivência a partir da dependência química. Isso implica uma violência física, mas também simbólica. Como encarar essas contradições?

Uma grande provocação é nos organizarmos. Precisamos estar juntas e juntos, porque esse sistema que nos oprime sabe muito bem nos colocar uns contra os outros, como se nosso inimigo fosse nosso vizinho. E, muitas vezes, caímos nessa armadilha, nos equivocamos sobre quem é nosso verdadeiro inimigo.

Precisamos criar outras economias, capazes de se contrapor a esse modelo hegemônico. A primeira coisa para isso é a organização. Nesse sentido, precisamos compreender as forças que nos separam — por exemplo, formas de racismo e machismo que vivenciamos dentro das próprias comunidades. Além disso, temos que enfrentar as opressões cotidianas, a militarização, a especulação imobiliária etc. Temos que fazer ainda a luta contra a intolerância religiosa. Nas periferias do Rio, essa pauta é hoje bastante importante, pois é também uma forma de racismo.

O racismo religioso é contraditório com os próprios princípios da fé cristã. A vida de Cristo era profundamente mediadora, um exemplo de confiança e solidariedade, de respeito ao próximo. Olhar nos olhos de outra pessoa e compreender/sentir o coração dela é o caminho para estar numa organização popular possível. Reconhecer o opressor é um princípio fundamental da organização popular. Cristo, com certeza, não lutaria contra o casamento gay, contra o candomblé. Ele lutaria contra o sistema capitalista e toda forma de violência que vem junto com ele.

Em 2010, criamos na Zona Oeste a Rede CAU, que já existia como ponto de encontro mas, a partir dessa data, passou a se reconhecer como organização popular. Em 2011, fizemos a primeira compra direta do campo — feijão, arroz, café, fubá e farinha de mandioca — uma experiência de cinco a seis produtos que a cidade do Rio não produzia. Recentemente, fizemos um encontro das mulheres da Rede CAU e colocamos o acesso à cesta básica agroecológica como prioridade para 2018. Vamos fazer nossas compras diretamente dos movimentos, porque, se tem algo que faz sentido em nossas vidas, é a comida. E, para ter comida, tem que ter água, tem que ter reforma agrária. Quem produz a comida são os agricultores e as agricultoras camponesas, indígenas, quilombolas, caiçaras e ribeirinhos. Ou seja, são os povos trabalhadores.

Entendemos que essa relação campo-cidade precisa ser ainda mais ampliada. É preciso propagandar os produtos da reforma agrária e as feiras comunitárias, porque isso quebra os preconceitos que se colocam contra os movimentos sociais. Para tal, temos o desafio da comunicação. A mídia hegemoniza o conceito da cidade. É um modelo que não nos contempla, que não contempla a vida, que não contempla a possibilidade de massificar a agroecologia.

Precisamos romper com essa lógica de que a população da cidade é a população consumidora e a população do campo, a produtora de comida. Isso camufla as diferentes expressões de ruralidades e de integração da vida, e nos massacra profundamente. Nós não temos que ter um olhar alienado sobre a natureza porque nós somos a natureza.

A agroecologia é o desenho da autogestão possível: autogestão comunitária que alimenta para o consumo da família, economia solidária, com valorização das mulheres e trabalho em rede, porque sozinhas a gente não consegue. É importante, nesse sentido, potencializar as redes como formas de propagar e fortalecer nossas experiências.

Importante também levar a discussão para as nossas cozinhas, para a nossa comida. Mas isso depende de organização popular, que por sua vez depende do respeito às diferenças. Nas comunidades, precisamos ter menos medo e mais fé no outro e na outra. Só assim vamos vencer a luta contra o patriarcado, o machismo, o racismo etc. "A cozinha é o coração. Sem comida, não há revolução!"